

Alfabetização no Brasil:

dos métodos aos multiletramentos

Ilda Oliveira

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir as questões pertinentes à alfabetização no Brasil desde a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases (1961) até os dias atuais. Para isso, fazemos uma breve revisão de alguns métodos de alfabetização que foram e ainda são parte integrante da nossa educação. Discutimos também como o letramento e o multiletramento podem contribuir para a melhoria dos índices de alfabetização, considerando que o método em si não é suficiente para alfabetizar. Para efetivamente alfabetizar, é necessário que o professor empregue diversas estratégias de ensino. Sendo que essas estratégias podem ser pautadas em abordagens sintéticas ou analíticas. Além disso, o letramento e o multiletramento devem ser incorporados à prática docente, a fim de conferir significado ao processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Alfabetização; Letramento; Multiletramento; Métodos de alfabetização.

Abstract: The aim of this article is to discuss the issues surrounding alfabetización in Brazil from the enactment of the first Law of Guidelines and Bases (1961) to the present day. To this end, we briefly review some of the literacy methods that have been and still are an integral part of our education. We also discuss how literacy and multilearning can contribute to improving literacy rates, considering that the method itself is not enough to achieve literacy. In order to effectively teach literacy, teachers need to employ a variety of teaching strategies. These strategies can be based on more synthetic or analytical approaches. In addition, literacy and multilearning must be incorporated into teaching practice in order to give meaning to the teaching and learning process.

Keywords: Alfabetización; Literacy; Multiliteracy; Alfabetización methods.

INTRODUÇÃO

A alfabetização é tema de debate por muitas décadas. No entanto, a alfabetização plena - que garante a compreensão das relações entre grafemas e fonemas, e conseqüentemente a codificação e decodificação - ainda é um desafio para os dois primeiros anos do Ensino Fundamental nas redes de ensino brasileiras. Talvez isso aconteça pelo fato da educação pensada para todos em nosso país ser muito recente, uma vez que a primeira Lei de Diretrizes e Bases do nosso país é de 1961.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em dezembro de 2017, trouxe mudanças significativas para o ciclo de alfabetização. Anteriormente, de dezembro de 2012 a dezembro de 2017, as políticas educacionais eram orientadas pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (2012), que defendia a alfabetização plena até os oito anos de idade, correspondendo ao 3º ano. A BNCC, no entanto, antecipou esse marco para o final do 2º ano.

Ao analisarmos os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) realizada entre 2013 e 2016, notamos que a maioria dos municípios não atingiu resultados satisfatórios. Muitas escolas ficaram aquém das metas de leitura e escrita estabelecidas para os alunos ao final do 3º ano.

Com a antecipação do ciclo de alfabetização para o 2º ano pela BNCC, é necessário concentrar mais esforços no primeiro ano do Ensino Fundamental. O objetivo é que, ao final desse ano, o aluno domine as letras do alfabeto e suas combinações silábicas, seja capaz de ler palavras com sílabas canônicas e não canônicas e de escrevê-las, seja em atividades como autoditados ou em pequenas produções textuais.

Para isso, é fundamental que os professores conheçam os métodos de alfabetização. No entanto, além disso, eles devem entender o que significa alfabetizar, letrar e multiletrar. Afinal, para garantir a qualidade do ensino e da aprendizagem, as práticas de leitura e escrita precisam fazer sentido para os alunos, aspecto que não foi o foco dos métodos analíticos e sintéticos.

MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO

Alfabetizar sempre suscita entre os docentes e as redes de ensino a questão: qual seria o melhor método para alfabetizar os alunos? Ainda que as redes possuam Currículo próprio, nem sempre fica claro quais seriam os procedimentos para assegurar a alfabetização, pois os caminhos para alfabetizar muitas vezes não são explicitados pelo próprio receio da rede de declarar-se a favor deste ou daquele método. Soares (2004, p. 11), já explicitou essa questão afirmando que:

De certa forma, o fato de que o problema da aprendizagem da leitura e da escrita tenha sido considerado, no quadro dos paradigmas conceituais “tradicionais”, como um problema sobretudo metodológico contaminou o conceito de método de alfabetização, atribuindo-lhe uma conotação negativa: é que, quando se fala em “método” de alfabetização, identifica-se, imediatamente, “método” com os tipos “tradicionais” de métodos – sintéticos e analíticos (fônico, silábico, global etc.), como se esses tipos esgotassem todas as alternativas metodológicas para a aprendizagem da leitura e da escrita (Destaques da autora).

Como enfatiza a autora, ao desconsiderar que para alfabetizar é necessário a adoção de uma metodologia que considere o trabalho efetivo com o sistema de escrita alfabética tem causado as dificuldades de alfabetização que temos enfrentado há anos, nas palavras da autora,

Talvez se possa dizer que, para a prática da alfabetização, tinha-se, anteriormente, um método, e nenhuma teoria; com a mudança de concepção sobre o processo de aprendizagem da língua escrita, passou-se a ter uma teoria, e nenhum método (Soares, 2004, p. 11).

Em municípios que têm como fundamentação a Pedagogia Histórico-Crítica e a Teoria Histórico-Cultural, embora haja a compreensão de que não será um único método que garantirá a alfabetização, ainda paira nas redes o receio em falar abertamente sobre eles, bem como de descrevê-los em propostas pedagógicas. Nesse sentido, é importante em momentos de formação continuada apresentá-los para que os professores possam conhecê-los e, a partir deles, traçar os melhores planos de alfabetização.

Perante o exposto, apresentaremos brevemente os métodos mais empregados no Brasil ao longo da história da educação, sendo que estes se dividem em duas categorias: analíticos e sintéticos. Os primeiros são aqueles que partem do todo para as partes (palavras, frases, textos para as unidades menores: sílabas e letras), os segundos, ao contrário, têm o ensino partindo das unidades menores e avançam para as unidades maiores.

Os métodos sintéticos, que segundo Silva e Oliveira (2019, p. 286) “é o método mais antigo”, iniciam o trabalho de alfabetização das crianças a partir da letra e/ou fonema ou das sílabas para depois avançar para palavras, frases e pequenos textos. Os métodos considerados sintéticos mais conhecidos são: alfabético, silábico e fônico.

O método alfabético, provavelmente o método mais antigo e tradicional de alfabetização, caracteriza-se pela apresentação das letras na ordem alfabética, assim antes de qualquer tentativa de escrita ou leitura, era preciso memorizar as letras. Conforme Frade (2005, p. 23), o método alfabético:

Consistia em apresentar partes mínimas da escrita, as letras do alfabeto, que, ao se juntarem umas às outras, formavam as sílabas ou partes que dariam origem às palavras. Os aprendizes, primeiro, deveriam decorar o alfabeto, letra por letra, para encontrar as partes que formariam a sílaba ou outro segmento da palavra; somente depois viriam a entender que esses elementos poderiam se transformar numa palavra.

Para o reconhecimento de palavras era muito utilizada a soletração, o que nem sempre auxiliava o aluno na compreensão da dinâmica da escrita. Por exemplo: “bê + a”= “ba”; “éle + a”= “la” = “bala”. Essa relação não é tão direta quando se trabalha com letras que apresentam relações irregulares como é o caso da consoante “c”, por exemplo: “cê + a”= “ca”, mas “cê + e”= “ce” (Frade, 2005, p. 23).

O método fônico tem como premissa a associação das letras aos respectivos sons que elas produzem. As crianças aprendem a reconhecer as letras e seus sons individuais e, então, combinam esses sons para formar palavras. O método fônico é frequentemente usado em escolas de todo o mundo. Segundo Frade (2005, p. 25)

Cada letra é aprendida como um som que, junto a outro som, pode formar sílabas e palavras. Para o ensino dos sons, há uma sequência que deve ser

respeitada, indo-se de relações diretas entre fonemas e grafemas para relações mais complexas. Na organização do ensino, a aprendizagem da relação fonema/grafema é o principal objetivo.

A alfabetização a partir do método fônico inicia o processo de ensino com o ensino das vogais e depois avança para as letras biunívocas e na sequência aborda as relações cruzadas e arbitrárias.

Para o método silábico “a principal unidade a ser analisada pelos alunos é a sílaba” (Frare, 2011, p. 27). Dessa forma ensina-se as crianças a reconhecer as sílabas das palavras, que são as suas partes sonoras. As crianças aprendem a ler as palavras dividindo-as em suas sílabas e pronunciando cada uma delas. O método silábico é semelhante ao método fônico, mas enfatiza mais as sílabas. Tem como objetivo ensinar a criança a reconhecer as sílabas que compõem as palavras chaves que são selecionadas para o ensino. Inicialmente, são trabalhadas sílabas simples, compostas por apenas uma vogal e uma consoante, e depois sílabas mais complexas, com duas ou mais consoantes. De acordo com Carvalho (2015, p. 24) “o método silábico separa decididamente os processos de alfabetização e letramento assumindo o pressuposto, do qual discordo, que a compreensão da leitura vem depois da aprendizagem do processo de decodificação”.

É evidente que a separação da alfabetização e do letramento é uma característica de todos os métodos sintéticos, pois “as unidades ensinadas são menores que as unidades de significado da língua em questão” (Sebra; Dias, 2019, p. 307).

Contrariando os métodos sintéticos, os analíticos ensinam as crianças a analisar palavras inteiras para descobrir o significado. As crianças aprendem a reconhecer as palavras com base em seu contexto e adivinhar o significado com base em outras palavras ao seu redor. Os métodos analíticos, também considerados métodos globais, mais conhecidos são método de contos, natural, metodologia de base linguística ou psicolinguística e o método de Paulo Freire (Carvalho, 2015).

De acordo com Carvalho (2015), os métodos analíticos tiveram entrada no Brasil durante o século XX, mais precisamente em 1920 por influência da Escola Nova, conforme a autora a aplicação desse novo método

[...] exigiu dos professores uma mudança radical : ao contrário dos métodos sintéticos, a alfabetização deveria começar por unidades amplas como histórias ou frases para chegar em nível de letra e de som, mas sem perder de vista o texto original e seu significado (Carvalho, 2015, p. 33).

Os métodos analíticos, conforme já explicitado partem das unidades maiores para as menores, todavia, não significa que todas as ramificações desse método, têm como ponto de partida o texto e, mais ainda, não quer dizer que seja realmente um texto, haja vista que muitas cartilhas diziam trabalhar com textos, no entanto, o que se encontra nos exemplares são pseudotextos como: “O boi baba no bebê.” Ainda fazem parte dos métodos analíticos a palavração e a sentencição, como os próprios nomes sugerem uma parte de palavras, enquanto o outro de frases. Em ambos a ideia era a memorização de palavras inteiras ou frases para a partir disso alfabetizar. Essa técnica é vista também no método chamado de global.

O método global ou dos contos é uma técnica de alfabetização pautada na ideia de que a criança aprende a ler e a escrever por meio da compreensão global da palavra, ou seja, reconhecendo as palavras inteiras como um todo. Ao abordar os métodos de alfabetização Sebra e Dias (2011, p. 312), afirmam que o método global, “pressupõe que a aprendizagem da linguagem escrita se dê pela identificação visual da palavra”. Logo, essa abordagem parte do princípio de que a leitura é um processo de decodificação visual de palavras, e que a criança deve aprender a reconhecer as palavras como unidades inteiras, sem a necessidade de decodificar cada letra individualmente.

De acordo com Sebra e Dias (2011, p. 312)

É a partir destas unidades maiores e, portanto, significativas que, em um segundo momento, o aprendiz chegaria a uma compreensão das unidades menores que compõem as palavras, porém sem necessidade de instrução sistemática e explícita para isso.

Nessa perspectiva, as unidades menores da língua ficavam em segundo plano, pois não havia uma preocupação eminente com esse trabalho. Para alfabetizar eram produzidas pequenas histórias, frases nas quais retiravam-se palavras as quais deveriam ser praticamente memorizadas pelos alunos, Batista (2005, p. 46) complementa essa ideia dizendo que “a memorização do texto, sentença ou palavra, que é a estratégia básica nesse método, apoia-se na imagem ideovisual”.

Dentre os métodos analíticos, temos o método de alfabetização de Paulo Freire, também conhecido como "Método Freiriano", foi desenvolvido pelo educador brasileiro Paulo Freire na década de 1960, e é baseado em sua filosofia da educação popular, sendo mais aplicado em turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos.

O método de alfabetização de Paulo Freire enfatiza a importância do diálogo entre educadores e alunos, e se concentra na alfabetização conscientizadora. Esse método envolve a conscientização dos alunos em relação às suas próprias vidas e à realidade social que os cerca. É uma abordagem centrada no aluno, que começa com a identificação das palavras e frases mais relevantes para a vida dos educandos, em vez de seguir um currículo predefinido.

O processo de alfabetização Freiriano começa com um processo de "codificação", onde as palavras são identificadas pelos alunos e escritas em cartões ou outros materiais. Essas palavras são então utilizadas para criar frases simples que são contextualizadas com as experiências e vivências dos alunos. Durante o processo de alfabetização, o educador também trabalha para criar um ambiente em que os alunos se sintam confortáveis para participar e compartilhar suas experiências.

Além disso, o método de Paulo Freire enfatiza a reflexão crítica sobre a realidade social e a mudança social. Os alunos são encorajados a pensar criticamente sobre sua realidade e a buscar maneiras de transformá-la por meio da ação coletiva e da participação cidadã. A alfabetização conscientizadora não é apenas um processo de aprendizado, mas também um processo de transformação social.

Carvalho (2015, p. 45) destaca que “uma das grandes contribuições de Paulo Freire foi demonstrar as relações entre analfabetismo, política, dominação e libertação, sendo o autor

reconhecido como um dos mais importantes filósofos da libertação, pioneiro da alfabetização e da pedagogia críticas.” Por esse motivo, podemos dizer que esse método é baseado em uma abordagem humanista e libertadora, que valoriza a participação ativa dos alunos em seu próprio processo de aprendizagem e busca transformar a realidade social por meio da educação e da ação coletiva.

Apresentamos de forma breve alguns métodos de alfabetização, pois a nossa intenção não é discuti-los profundamente, e sim, contextualizar algumas formas de alfabetizar que fizeram e fazem parte da educação brasileira. Nosso principal interesse ao discutir os métodos, conforme já dissemos no início desse tópico, é deixar claro que alfabetização não é questão de método apenas, ou seja, é importante que o professor alfabetizador conheça os métodos de alfabetização e consiga em sua prática pedagógica utilizar o que de melhor eles oferecem para ensinar a ler e escrever. Compreendemos que é muito difícil alfabetizar todos os alunos valendo-se de apenas um método. Os professores devem tomar as suas próprias decisões sobre o que precisa ser feito. A questão não deve ser "Qual o método que devo usar?" mas "Como devo decidir o que fazer agora?" (Smith, 1999, p. 136).

É importante ressaltar que não existe uma única metodologia correta de alfabetização e muitas vezes as abordagens se complementam. Professores podem adotar elementos de ambas as perspectivas: sintética e analítica para atender às necessidades dos alunos, levando em consideração o contexto específico e as características individuais de cada criança. Além, disso temos que levar em consideração que as abordagens analíticas não tinham a previsão de iniciar o trabalho com textos reais, ou seja, com os mais diversos gêneros que conhecemos, muitas vezes os textos eram elaborados somente com o pretexto de alfabetizar, nesse sentido, precisamos considerar o trabalho pautado no letramento, ou seja, levar para a sala de aula textos reais e, a partir deles explorar as questões sócio-culturais e linguísticas.

Magda Soares, ao tratar sobre os métodos sintéticos e analíticos, nos diz que “nas duas orientações, o domínio do sistema de escrita é considerado condição e pré-requisito para que a criança desenvolva habilidades de uso da leitura e da escrita [...]” (Soares, 2022, p.

19). Embora ambos os métodos utilizem caminhos diferentes o objetivo a ser alcançado é o mesmo

[...] o de que a criança, para aprender o sistema de escrita, depende de estímulos externos cuidadosamente selecionados ou artificialmente construídos com o único fim de levá-las a apropriar-se da tecnologia da escrita. Pode-se afirmar que, embora tenham sido considerados opostos e até incompatíveis, métodos sintéticos e analíticos inserem-se no mesmo paradigma psicológico: o associacionismo (Soares, 2022, p. 19-20).

Colaborando com Soares, Machado e Lopes (2022, p. 353), ao abordarem a questão da alfabetização asseveram que

[...] as decisões metodológicas relacionadas ao processo de alfabetização **extrapolam a mera escolha de métodos** e envolvem um conjunto de posturas, ações e procedimentos embasados teoricamente por uma concepção de sujeito, de aprendizagem, de linguagem e de alfabetização. (Grifos nossos).

Se todas as crianças aprendessem ao mesmo tempo e da mesma forma, faria sentido optar por um único método de alfabetização, contudo, sabemos que na prática diária de sala de aula não é isso que acontece. Diante disso, precisamos oportunizar diferentes encaminhamentos metodológicos, visando o desenvolvimento de todos os estudantes.

Proporcionar às crianças o domínio da leitura e da escrita é função da escola pública, como salienta Soares (2022), e para que isso aconteça efetivamente não basta apenas alfabetizar. O grande desafio a ser enfrentado centra-se em alfabetizar letrando, o que isso significa? Significa que é preciso encontrar o equilíbrio entre as atividades de alfabetização e o letramento, não basta simplesmente definir entre os métodos sintéticos ou analíticos é preciso iniciar o trabalho com textos reais que têm circulação e que despertem o interesse das crianças. No próximo tópico abordaremos as temáticas alfabetização, letramento e multiletramento.

ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E MULTILETRAMENTO

Desde a década de 80, muitas discussões têm ocorrido em torno da definição dos termos alfabetização e letramento constatamos que a maioria dos autores defendem a ideia de diferença entre alfabetizar e letrar, Tfouni (1995), assim esclarece,

A alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidade para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem. Isso é levado a efeito, em geral, por meio do processo de escolarização e, portanto, da instrução formal. A alfabetização pertence, assim, ao âmbito do individual (Tfouni, 1995, p. 9).

De acordo com a autora, a alfabetização caracteriza-se pela apropriação do sistema de escrita alfabética que, normalmente, será desenvolvida pela escola. Nessa mesma direção, Soares (2004, p. 97) aponta que a alfabetização é “entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita”. Logo, podemos inferir que alfabetização é um processo importante para a formação do sujeito, uma vez que todo desenvolvimento posterior depende do domínio da relação grafema x fonema. Se o estudante não for capaz de decodificar o que está escrito, não será capaz de avançar para a compreensão e interpretação do texto.

O termo letramento está intimamente relacionado às práticas de uso da leitura e da escrita, ainda que em práticas orais. Assim, mesmo os adultos considerados analfabetos e as crianças que ainda não foram inseridas no processo de escolarização fazem parte de um meio letrado e, portanto, reconhecem a utilidade da leitura e da escrita no seu cotidiano, identificando os motivos de seu uso. Dessa forma, conforme Soares (2000, p. 24),

[...] a criança que ainda não é alfabetizada, mas já folheia livros, finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, essa criança é ainda “analfabeta”, porque não aprendeu a ler e a escrever, mas já penetrou no mundo do **letramento**, já é de certa forma **letrada** (grifos da autora).

Nessa mesma direção Marchesoni e Shimazaki (2021, p. 4) afirmam que:

[...] o letramento investiga não somente quem é alfabetizado, mas, também, quem não é, caracterizando-o como social. O letramento é cultural, ou seja, o educando, ao ser alfabetizado na escola, já apresenta um nível de letramento social anterior, mesmo que em nível inferior.

Ser letrado, portanto, vai além da aquisição do sistema de escrita, pois relaciona-se ao conhecimento de mundo e as experiências vivenciadas pelos sujeitos. Para Soares (2004, p. 97), o letramento é “entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais”. Desse modo, alfabetização e letramento devem caminhar juntos, haja vista que são processos indissociáveis. E para assegurar essa interdependência, defende-se que a prática de alfabetização deve ocorrer por meio de situações reais de uso da linguagem. Na escola essas situações sociais de uso são representadas pelos mais diversos gêneros discursivos. Resumindo essa ideia, Soares (2004, p. 97) destaca:

[...] a alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita e por meio dessas práticas, ou seja, em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento; este, por sua vez, só pode desenvolver-se na dependência da e por meio da aprendizagem do sistema de escrita.

Diante do exposto fica evidente que a escola deve alfabetizar letrando, compreendendo que a apropriação do sistema de escrita alfabética é essencial para a ampliação do letramento. Contudo, ainda temos que superar alguns entraves nesse processo, pois, pensar ações voltadas para a aquisição da leitura e da escrita são fundamentais, De acordo com Kato:

A função da escola, na área da linguagem, é introduzir a criança no mundo da escrita, tornando-a um cidadão funcionalmente letrado, isto é, um sujeito capaz de fazer uso da linguagem escrita para sua necessidade individual de crescer cognitivamente e para atender às várias demandas de uma sociedade que prestigia esse tipo de linguagem como um dos instrumentos de comunicação. Acredito ainda que a chamada norma padrão, ou língua falada culta, é consequência do letramento, motivo por que, indiretamente, é função da escola desenvolver no aluno o domínio da linguagem falada institucionalmente aceita (Kato, 1986, p.7).

Para a autora, letrar é assegurar ao estudante a possibilidade de inserir-se no mundo por meio do uso adequado da língua padrão. Nesse sentido, quanto maiores forem as situações de letramento nas quais os estudantes estiverem inseridos, melhores serão suas

condições de uso da linguagem. Portanto, o estudo da língua será mais eficiente se partir de diferentes textos com as mais variadas temáticas.

Para que o estudante tenha a possibilidade de apropriar-se de todo o legado cultural produzido que faz uso da linguagem escrita deve em primeiro lugar, ser alfabetizado. Conforme Dangió e Martins (2018, p. 150):

A alfabetização insere-se na objetividade do conhecimento humano a ser apropriado por todos os indivíduos para que disponham de instrumentos estruturais e discursivos da língua portuguesa. E além disso, para que possam também compreender a realidade, qualificando-se como ser social.

Nesse sentido, pensar ações voltadas para a aquisição da leitura e da escrita são fundamentais, pois como afirma Lima (2010, p.4, grifos nossos): “chegamos ao século XXI com um desafio considerável: tornar a leitura um bem cultural de acesso a todas as crianças. Ele está, ainda, longe de ser concretizado, por motivos vários, dentre os quais se incluem as questões de **ensino e sistematização.**”

A autora enfatiza a necessidade de superarmos o desafio de alfabetizar todas as crianças matriculadas, e para isso faz-se necessário pensar na forma de ensino e na sistematização dos conteúdos/conhecimentos. Logo, é mister planejar ações para intervir na atual situação da alfabetização, nesse sentido, é essencial pensar na formação do professor e na elaboração de instrumentos que possam auxiliá-los na prática pedagógica.

Diante do crescente desenvolvimento dos recursos tecnológicos vivenciados nos últimos anos, entendemos que podem ser aliados no processo de alfabetização, tanto em atividades desenvolvidas em sala de aula quanto naquelas enviadas para casa. Contudo, temos a clareza que o simples contato com o objeto não assegura o ensino e a aprendizagem, é preciso que haja a mediação entre esses instrumentos e os alunos. Para tanto, elaborar coletivamente com os professores objetos digitais de ensino e de aprendizagem (ODEA), tende a contribuir com a prática docente e conseqüentemente auxilia na aprendizagem por parte dos alunos que terão a oportunidade de estudar de forma interativa. Vygotsky (1981, p. 137), ao tratar sobre as ferramentas de ensino aponta:

A introdução de uma nova ferramenta cultural num processo ativo, inevitavelmente o transforma. Nessa visão, recursos mediadores como a linguagem e as ferramentas técnicas não facilitam simplesmente as formas de ação que irão ocorrer, mas altera completamente a estrutura dos processos mentais.

Diante do exposto, fica evidente que a escola precisa investir em novos instrumentos mediadores para assegurar a apropriação dos conteúdos pelos alunos, dessa forma os ODEA precisam ser explorados em sala de aula, haja vista que as tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC), já estão presentes na vida da maioria dos alunos e, portanto, tendem a contribuir com o ensino e a aprendizagem se forem empregados com intencionalidade e planejamento.

Tendo em vista as mudanças na forma de interação verbal vivenciadas nas últimas décadas, percebe-se que não basta mais letrar para o impresso, mas devem-se considerar as múltiplas linguagens proporcionadas, principalmente, TDIC, e a multiplicidade cultural. Logo, torna-se necessário pensar nos multiletramentos na educação, sobre isso falaremos um pouco no próximo item.

Multiletramento é o termo cunhado por um grupo de pesquisadores denominado Grupo de Nova Londres (GNL) em 1996. Segundo o Grupo,

[...] o termo multiletramentos foi escolhido para descrever dois importantes argumentos que se colocam diante da ordem cultural, institucional e global emergente: a multiplicidade de canais de comunicação e mídia e a importância crescente da diversidade linguística e cultural (Cazden; Cope et al., 1996, p. 63).

Frente aos avanços tecnológicos, os letramentos e os multiletramentos são imprescindíveis para o nosso dia a dia, pois diariamente somos expostos a diferentes gêneros discursivos que utilizam mídias variadas de produção e circulação. A partir dessa nova realidade, a escola precisa formar para o uso dos instrumentos digitais e tecnológicos, a fim de atender às novas demandas sociais.

Essa preocupação com a utilização dos recursos digitais e tecnológicos apareceram de forma bem incisiva na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017). A competência geral número 5 prescreve que ao longo da Educação Básica os estudantes devem:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, 2017, p. 09).

Segundo esse documento, espera-se que ao fim da educação básica o estudante tenha condições de trabalhar de forma autônoma com as TDIC e, além de lidar com aquilo que já está disponível nas diversas mídias, que tenha a capacidade de criar recursos. Para tanto, todos os componentes curriculares devem desenvolver ações que abordem essa competência. Nesse sentido, todas as disciplinas escolares precisam aprofundar o letramento digital. Logo, essa não é uma atribuição apenas dos componentes de Língua Portuguesa ou de Língua Estrangeira, mas é uma responsabilidade de todos os professores.

A educação do século XXI exige da escola o uso de novas tecnologias, contudo, não podemos perder de vista que a função primordial das turmas de 1º ano do Ensino Fundamental é assegurar a alfabetização dos estudantes. Assim, as novas ferramentas digitais devem contribuir com a apropriação do sistema de escrita alfabética.

PALAVRAS FINAIS

Embora o Brasil tenha registros de educação desde o seu período colonial, iniciando com os jesuítas, a educação pública só passou a ter uma Lei de Diretrizes e Bases na década de 60, o que nos leva a considerar que a educação, pensada para todos, é algo muito recente no país. Desde a promulgação dessa lei até os dias atuais, várias tentativas foram feitas em relação à alfabetização, começando com métodos sintéticos e analíticos, até que na década de 80 as teorias voltadas ao letramento chegaram ao Brasil. Finalmente, nos anos 2000, as discussões relacionadas ao multiletramento ganharam maior ênfase em nosso país.

As discussões sobre letramento e multiletramento são extremamente importantes para a melhoria do ensino, pois além de ensinar as letras, a educação passou a se preocupar com o contexto social e interativo ao qual a língua e a linguagem pertencem. Contudo, como defende Soares (2022) a alfabetização deve ocupar-se em desenvolver três facetas, sendo elas a interacional, a sociocultural e a linguística. Ou seja, o simples contato da criança com diferentes textos não proporcionará a alfabetização, para que ela ocorra é preciso chegar a exploração das unidades menores da língua. Defendemos que para alfabetizar é preciso partir de unidades significativas: textos, frases, palavras, mas as unidades menores: sílabas e letras precisam ser ensinadas de forma sistemática. Aprender a ler e a escrever não são ações naturais, portanto, necessitam de ensino.

Não defendemos o uso desenfreado da tecnologia, mas, temos a clareza de que ela pode ser aliada ao ensino e à aprendizagem, no entanto, não podemos concentrar o ensino apenas em jogos digitais, plataformas e outros. É preciso encontrar um equilíbrio entre as atividades no papel e no computador. Escrever à mão é importante para o desenvolvimento intelectual, por conseguinte, o caderno não pode ser substituído pelo notebook, computador ou tablet. Por outro lado, não podemos negar as possibilidades de ensino que esses instrumentos proporcionam.

Finalizamos este trabalho considerando que na educação brasileira é preciso encontrar o equilíbrio entre alfabetizar, letrar e multiletrar, lembrando que uma coisa não substitui a outra. Portanto, abordar as especificidades do ensino da língua no processo de alfabetização é fundamental.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Sistema de avaliação da educação básica:** avaliação nacional da alfabetização edição 2016. Brasília: DF, INEP, out. 2017.

CAFIERO, D.; ROCHA, G. Avaliação da leitura e da escrita nos primeiros anos do Ensino Fundamental. In.: CASTANHEIRA, M. L.; MACIEL, F. I. P.; MARTINS, R. M. F. (Org.).

Alfabetização e letramento na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Ceale, 2008, p. 75-102.

CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar:** Um diálogo entre a teoria e a prática. Petrópolis: Vozes, 2015.

CAZDEN, C.; COPE, B. et al. A Pedagogy of Multiliteracies: Designing Social Futures. **Harvard Educational Review**; n. 66.1, p.60- 92, Spring 1996.

DANGIÓ, M. C. dos S.; MARTINS, L. M. **A alfabetização sob o enfoque Histórico-Crítico:** Contribuições didáticas. Campinas – SP: Autores Associados, 2018.

KATO, Mary. **No mundo da escrita:** uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1986.

KRESS, Gunther. **Literacy in the New Media Age.** London: Routledge, 2003.

FRADE, I. C. A. da S. **Métodos e didáticas de alfabetização:** histórias, características e modos de fazer de professores - Caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

FRADE, I. C. A. da S. et al. **Tecnologias digitais na alfabetização:** o trabalho com jogos e atividades digitais para aquisição do sistema alfabético e ortográfico de escrita. Belo Horizonte: UFMG - FaE - Ceale, 2018.

LIMA, Elvira Souza. **Neurociência e leitura.** 2. ed. São Paulo: Inter Alia, 2010.

MACHADO, M. L. C de A.; LOPES, P. da S. V. C. A linguagem e os processos de enunciação e significação na alfabetização. **Rev. Bras. Linguíst. Apl.**, v. 22, n. 2, p. 342-364, 2022.

MARCHESONI, L. B.; SHIMAZAKI, E. M. Alfabetização e letramento: explorando conceitos. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, SP, v. 31, n.64, 2021.

OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes. Considerações em torno da Linguística Aplicada e do Ensino da Língua Materna. **Periódicos UFRN**, 2009.

SEBRA, A. G.; DIAS, N. M. Métodos de alfabetização: delimitação de procedimentos e considerações para uma prática eficaz. **Rev. Psicopedagogia**, 2011; 28(87), p. 306-320.

SILVA, G. F. da. **Formação de professores e as tecnologias digitais:** a contextualização da prática na aprendizagem. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

SILVA, S. A.; OLIVEIRA, T. R. de. Alfabetização: para pensar os métodos. **Revista Plurais – Virtual**, Anápolis - Go, v. 9, n. 3 – set./dez. 2019, p. 283-302.

OLIVEIRA, I.

SILVA, A. da. **Alfabetização**: a escrita espontânea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

SILVEIRA, F. B. R. O uso de aplicativos educacionais como ferramentas pedagógicas de letramento digital de crianças. In: FILHO, A. V. L. et al (Org.). **Práticas Reflexivas do Processo de Alfabetização e Multiletramentos**. Fortaleza: Ed UECE, 2022.

SMITH, F. **Leitura significativa**. 3. ed. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1999.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, jan, fev, mar, abr, 2004.

SOARES, M. **Alfabetização e Letramento**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SOARES, M. **Alfaetrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

SOARES, M. **Alfabetização**: a questão de métodos. 1. ed. 7. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2022.

TFOUNI, L. V. **Escrita, alfabetização e letramento**. São Paulo: Cortez, 1995.

VYGOTSKY, L. S. The instrumental Method in Psychology. In: WERTSCH, James V. (Ed.) **The concept of Activity in Soviet Psychology**. New York: M. E. Sharpe, 1981. p.134-143.

VYGOTSKY, **A formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SOBRE A AUTORA

Ilda Oliveira é graduada em Letras pela Universidade Paranaense. Especialista em Administração, Supervisão e Orientação Educacional; Educação Especial: atendimento às necessidades especiais; Língua Inglesa. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras, área de concentração em Linguagem e Sociedade, Unioeste - Cascavel, Paraná, atualmente é doutoranda pelo mesmo programa. É professora da Rede Pública Municipal de Educação de Cascavel, atuando como coordenadora pedagógica municipal.